## PagSeguro Internet S.A. -Conglomerado Prudencial

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2020 e relatório do auditor independente



## Demonstrações financeiras

30 de junho de 2020

Índice

Relatório da Administração sobre as demonstrações financeiras	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	

#### Relatório da Administração

Em atendimento à circular nº 3.833/2017 e a resolução 4280/2013 ambas emitidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), a Administração do conglomerado prudencial do PagSeguro Internet S.A. ("Companhia", "PagSeguro" ou "Conglomerado"), tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

O Conglomerado é composto por uma instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós pagos, por uma instituição financeira, que possui as carteiras comerciais e de investimentos, além disso um FIDC e uma securitizadora tanto a instituição de pagamento como a instituição financeira possuem autorização para atuar como tal concedidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União.

Em decorrência da obtenção dessas autorizações, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento e instituições financeiras integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN, além de seguir os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Nesse sentido, as demonstrações financeiras consolidados do conglomerado prudencial foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No semestre findo em 30 de junho de 2020 a Companhia obteve R\$61.451 milhões de valor financeiro transacionado e atingiu 5,8 milhões (com pelo menos uma transação nos últimos 12 meses), o conglomerado obteve lucro líquido de R\$649 milhões, destacando a receita de prestação de serviços que totalizou o valor de R\$2.853 milhões substancialmente representada pela receita de intermediação financeira.

Em 30 de junho de 2020, os ativos do conglomerado totalizaram R\$16.546 milhões. O principal ativo do conglomerado refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente principalmente das transações realizadas com cartões de crédito e débito no valor de R\$10.376 milhões, vale ainda destacar o montante em caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$1.567 milhões.

Em 30 de junho de 2020, o patrimônio líquido totalizou R\$**8.196** milhões. Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido:

- Lucro líquido de R\$649 milhões no semestre findo em junho de 2020;
- Destinação de dividendos no valor de R\$377 milhões para o PagSeguro Digital;
- Constituição de reservas legais e de lucros no valor de R\$249 milhões.

Em relação às movimentações de caixa, importante reiterar o comprometimento do conglomerado em ser disruptivo no mercado e com relevantes investimentos em tecnologia, prova disso é o investimento de R\$215 milhões em intangíveis, composto basicamente por desenvolvimento de softwares, R\$476 milhões em ativos fixos, referentes principalmente a POS.

O resultado apresentado pelo conglomerado deve-se especialmente ao representativo número de clientes ativos e volume total transacionado, em linha com a estratégia do PagSeguro de penetração no mercado de clientes desbancarizados agregando assim ao ecossistema de produtos e serviços proporcionados.

São Paulo, 24 de setembro de 2020.



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas PagSeguro Internet S.A.

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do PagSeguro Internet S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do PagSeguro Internet S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis" às referidas demonstrações.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação a Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição para



#### PagSeguro Internet S.A.

cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### **Outros assuntos**

#### Demonstrações financeiras individuais para fins gerais

O PagSeguro Internet S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria em 28 de setembro de 2020, com ressalva quanto a classificação do registro do investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PagSeguro I em desacordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em decorrência da consolidação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PagSeguro I para fins da apresentação das demonstrações financeiras do Consolidado Prudencial da PagSeguro Internet S.A. a referida ressalva não é aplicável.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e políticas contábeis estão descritos na Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



#### PagSeguro Internet S.A.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



#### PagSeguro Internet S.A.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de setembro de 2020

Price wallshouse Coopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos Contador CRC 1PR050377/O-6

Balanço patrimonial 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	liantina 20 da iumba da 2020
	licativa 30 de junho de 2020
Circulante	4 507 070
Caixa e equivalentes de caixa	4 1.567.373
Instrumentos financeiros	100.535
Títulos e valores mobiliários - Carteira Própria	5 100.535
Relações interfinanceiras	10.376.160
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	6 10.376.160
Operação de crédito	221.860
Operações de Crédito	7 221.860
Outros créditos	189.937
Rendas a Receber Diversos	16.120 8 173.817
Diversos	0 173.017
Outros valores e bens	54.830_
Despesas Antecipadas	54.830
Total do ativo circulante	12.510.695
Realizável a longo prazo	4 500 400
Instrumentos financeiros	5 1.563.163 1.563.163
Títulos e valores mobiliários - Carteira Própria	5 1.505.105
Operação de crédito	17.897
Operações de Crédito	7 17.897
Outros créditos	636.403
Diversos	8 636.403
	40.700
Outros valores e bens Despesas Antecipadas	<u>12.726</u> 12.726
Despesas Antecipadas	12.720
Permanente	
Investimentos	9 340.615
No País	340.615
Imobilizado em uso	10 812.656
Imobilizações de Uso	920.329
(Depreciações Acumuladas)	(107.673)
Intangível	11 652.141
Ativos Intangíveis	1.051.595
(Amortizações Acumuladas)	(399.454)
Total do ativo não circulante	4.035.601
Total do ativo	16.546.296

Balanço patrimonial 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	
Passivo e patrimônio líquido	explicativa	30 de junho de 2020
Circulante Depósitos	12	2 020 400
·	12	2.829.489
Depósitos a Prazo		1.961.389
Depósitos Interfinanceiros Outros Depósitos		300.754 567.346
Odilos Depositos		307.340
Outras obrigações		3.929.804
Fiscais e Previdenciárias	15	56.110
Valores a repassar a estabelecimentos	13	3.101.687
Diversas	13	772.007
Resultados de exercícios futuros	2.13	118.917
Resultados de exercícios futuros		118.917
Total do passivo circulante		6.878.210
Passivo exigível a longo prazo		
Outras obrigações		1.448.051
Fiscais e Previdenciárias	16	1.132.215
Diversas	13	315.836
Resultados de exercícios futuros	2.13	23.085
Resultados de exercícios futuros		23.085
Patrimônio líquido	18	7.735.797
Capital domiciliados no País		5.200.994
Reservas de Lucros		2.534.628
Ajustes de Avaliação Patrimonial		175
Participação de Não Controladores		461.153
Total de patrimônio líquido		8.196.950
Total do passivo e patrimônio líquido		16.546.296

Demonstração do resultado Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

Receitas de intermediação financeira         19         121.167           Operações de crédito         70.981           Resultado de operações com instrumentos financeiros         50.186           Despesas de intermediação financeira         (22.890)           Operações de Captação no Mercado         (15.728)           Despessas de captações         (5.520)           Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa         73.9117           Resultado bruto da intermediação financeira         98.277           Outras receitas/despesas operacionais         73.9117           Receitas de Prestação de Serviços         20         2.852.855           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         9         (81.274)           Outras Receitas Operacionais         9         (81.274)           Despesas Administrativas         21         (586.136)           Despesas Seperacionais         22         (1.108.620)           Despesas Poperacionais         23         (21.862.852)           Despesas Pressoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação social         (301.357)           Provisão para Imposto de Renda <t< th=""><th></th><th></th><th>Semestre</th></t<>			Semestre
Operações de crédito         70.981           Resultado de operações com instrumentos financeiros         50.186           Despesas de intermediação financeira         (22.890)           Operações de Captação no Mercado         (15.728)           Despesas de captações         (5.520)           Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa         (1.642)           Resultado bruto da intermediação financeira         38.277           Outras receitas/despesas operacionais         20         2.852.855           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         9         (81.274)           Outras Receitas Operacionais         9         (81.274)           Outras Receitas Operacionais         21         (586.136)           Despesas Administrativas         21         (586.138)           Despesas Operacionais         22         (1.108.620)           Despesas Operacionais         23         (218.486)           Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição Social         16         (12.194)           Provisão			30 de junho de 2020
Resultado de operações com instrumentos financeiros         50.186           Despesas de intermediação financeira         (22.890)           Operações de Captação no Mercado         (15.728)           Despesas de captações         (5.520)           Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa         (1.642)           Resultado bruto da intermediação financeira         98.277           Outras receitas/despesas operacionais         20         2.852.855           Resultado de Prestação de Serviços         20         2.852.855           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         9         (81.274)           Outras Receitas Operacionais         21         (586.136)           Despesas Administrativas         21         (586.136)           Despesas Operacionais         22         (1.108.620)           Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição Social         16         (12.194)           Provisão para Contribuição Social         16         (28.2079)           Praticipações no Lucro         (1.971) <tr< td=""><td>Receitas de intermediação financeira</td><td>19</td><td>121.167</td></tr<>	Receitas de intermediação financeira	19	121.167
Despesas de intermediação financeira         (22.890)           Operações de Captação no Mercado         (15.728)           Despesas de captações         (5.520)           Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa         (1.642)           Resultado bruto da intermediação financeira         98.277           Outras receitas/despesas operacionais         20         2.852.855           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         9         (81.274)           Outras Receitas Operacionais         21         (586.136)           Despesas Administrativas         21         (586.136)           Despesas Operacionais         22         (1.108.620)           Despesas Pesas Operacionais         23         (218.486)           Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição social         16         (12.194)           Provisão para Imposto de Renda         16         (12.194)           Provisão para Contribuição Social         16         (282.079)           Participações no Lucro         (1.971)	Operações de crédito		70.981
Operações de Captação no Mercado         (15.728)           Despesas de captações         (5.520)           Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa         (1.642)           Resultado bruto da intermediação financeira         98.277           Outras receitas/despesas operacionais         739.117           Receitas de Prestação de Serviços         20         2.852.855           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         9         (81.274)           Outras Receitas Operacionais         9         (81.274)           Despesas Administrativas         21         (586.136)           Despesas Operacionais         22         (1.108.620)           Despesas Operacionais         23         (218.486)           Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição social         (301.357)           Provisão para Imposto de Renda         16         (12.194)           Provisão para Contribuição Social         16         (282.079)           Participações no Lucro         (1.971)           Lucro líquido do semest	Resultado de operações com instrumentos financeiros		50.186
Despesas de captações         (5.520)           Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa         (1.642)           Resultado bruto da intermediação financeira         98.277           Outras receitas/despesas operacionais         739.117           Receitas de Prestação de Serviços         20         2.852.855           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         9         (81.274)           Outras Receitas Operacionais         9         (81.274)           Outras Receitas Operacionais         21         (586.136)           Despesas Administrativas         21         (586.136)           Despesas Operacionais         22         (1.108.620)           Despesas Tributárias         23         (218.486)           Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição social         (301.357)           Provisão para Imposto de Renda         16         (5.113)           Ativo Fiscal Diferido         16         (282.079)           Participações no Lucro         (1.971)           Lucro líquido do sem	Despesas de intermediação financeira		(22.890)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa         (1.642)           Resultado bruto da intermediação financeira         98.277           Outras receitas/despesas operacionais         739.117           Receitas de Prestação de Serviços         20         2.852.855           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         9         (81.274)           Outras Receitas Operacionais         21         (586.136)           Despesas Administrativas         21         (586.136)           Despesas Operacionais         22         (1.108.620)           Despesas Tributárias         23         (218.486)           Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição social         (301.357)           Provisão para Imposto de Renda         16         (12.194)           Provisão para Contribuição Social         16         (282.079)           Participações no Lucro         (1.971)           Lucro líquido do semestre         649.447           Participação do controlador         625.740           Participação do controla			
Resultado bruto da intermediação financeira         98.277           Outras receitas/despesas operacionais         739.117           Receitas de Prestação de Serviços         20         2.852.855           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         9         (81.274)           Outras Receitas Operacionais         9         (81.274)           Despesas Administrativas         21         (586.136)           Despesas Operacionais         22         (1.108.620)           Despesas Tributárias         23         (218.486)           Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição social         (301.357)           Provisão para Imposto de Renda         16         (12.194)           Provisão para Contribuição Social         16         (5.113)           Ativo Fiscal Diferido         16         (282.079)           Participações no Lucro         (1.971)           Lucro líquido do semestre         649.447           Participação do controlador         23.707           Quantidade de ações			, ,
Outras receitas/despesas operacionais         739.117           Receitas de Prestação de Serviços         20         2.852.855           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         9         (81.274)           Outras Receitas Operacionais         51.531         51.531           Despesas Administrativas         21         (586.136)           Despesas Operacionais         22         (1.108.620)           Despesas Tributárias         23         (218.486)           Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição social         (301.357)           Provisão para Imposto de Renda         16         (12.194)           Provisão para Contribuição Social         16         (5.113)           Ativo Fiscal Diferido         16         (282.079)           Participações no Lucro         (1.971)           Lucro líquido do semestre         649.447           Participação do controlador         23.707           Quantidade de ações         1.656.194.989	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.642)
Receitas de Prestação de Serviços         20         2.852.855           Resultado de Participações em Coligadas e Controladas         9         (81.274)           Outras Receitas Operacionais         51.531           Despesas Administrativas         21         (568.136)           Despesas Operacionais         22         (1.108.620)           Despesas Tributárias         23         (218.486)           Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição social         (301.357)           Provisão para Imposto de Renda         16         (12.194)           Provisão para Contribuição Social         16         (5.113)           Ativo Fiscal Diferido         16         (282.079)           Participações no Lucro         (1.971)           Lucro líquido do semestre         649.447           Participação do controlador         23.707           Quantidade de ações         1.656.194.989	Resultado bruto da intermediação financeira		98.277
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas       9       (81.274)         Outras Receitas Operacionais       51.531         Despesas Administrativas       21       (586.136)         Despesas Operacionais       22       (1.108.620)         Despesas Tributárias       23       (218.486)         Despesas de Pessoal       24       (170.753)         Resultado operacional       837.394         Receitas não operacionais       15       113.410         Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações       950.804         Imposto de renda e contribuição social       (301.357)         Provisão para Imposto de Renda       16       (12.194)         Provisão para Contribuição Social       16       (5.113)         Ativo Fiscal Diferido       16       (282.079)         Participações no Lucro       (1.971)         Lucro líquido do semestre       649.447         Participação do controlador       625.740         Participação do não controlador       23.707         Quantidade de ações       1.656.194.989	Outras receitas/despesas operacionais		
Outras Receitas Operacionais         51.531           Despesas Administrativas         21         (586.136)           Despesas Operacionais         22         (1.108.620)           Despesas Tributárias         23         (218.486)           Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição social         (301.357)           Provisão para Imposto de Renda         16         (12.194)           Provisão para Contribuição Social         16         (282.079)           Participações no Lucro         (1.971)           Lucro líquido do semestre         649.447           Participação do controlador         625.740           Participação do não controlador         23.707           Quantidade de ações         1.656.194.989	Receitas de Prestação de Serviços	20	2.852.855
Despesas Administrativas         21         (586.136)           Despesas Operacionais         22         (1.108.620)           Despesas Tributárias         23         (218.486)           Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição social         (301.357)           Provisão para Imposto de Renda         16         (12.194)           Provisão para Contribuição Social         16         (5.113)           Ativo Fiscal Diferido         16         (282.079)           Participações no Lucro         (1.971)           Lucro líquido do semestre         649.447           Participação do controlador         625.740           Participação do não controlador         23.707           Quantidade de ações         1.656.194.989		9	(81.274)
Despesas Operacionais         22         (1.108.620)           Despesas Tributárias         23         (218.486)           Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição social         (301.357)           Provisão para Imposto de Renda         16         (12.194)           Provisão para Contribuição Social         16         (5.113)           Ativo Fiscal Diferido         16         (282.079)           Participações no Lucro         (1.971)           Lucro líquido do semestre         649.447           Participação do controlador         625.740           Participação do não controlador         23.707           Quantidade de ações         1.656.194.989	·		
Despesas Tributárias         23         (218.486)           Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição social         (301.357)           Provisão para Imposto de Renda         16         (12.194)           Provisão para Contribuição Social         16         (5.113)           Ativo Fiscal Diferido         16         (282.079)           Participações no Lucro         (1.971)           Lucro líquido do semestre         649.447           Participação do controlador         625.740           Participação do não controlador         23.707           Quantidade de ações         1.656.194.989	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
Despesas de Pessoal         24         (170.753)           Resultado operacional         837.394           Receitas não operacionais         15         113.410           Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações         950.804           Imposto de renda e contribuição social         (301.357)           Provisão para Imposto de Renda         16         (12.194)           Provisão para Contribuição Social         16         (5.113)           Ativo Fiscal Diferido         16         (282.079)           Participações no Lucro         (1.971)           Lucro líquido do semestre         649.447           Participação do controlador         625.740           Participação do não controlador         23.707           Quantidade de ações         1.656.194.989		<del></del>	` ,
Resultado operacional Receitas não operacionais 15 113.410 Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações 950.804  Imposto de renda e contribuição social Provisão para Imposto de Renda Provisão para Contribuição Social 16 (5.113) Ativo Fiscal Diferido Participações no Lucro 16 17 18 18 19 19 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	-	
Receitas não operacionais  Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações    Spot Note	Despesas de Pessoal	24	(170.753)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações    Material Provisão para Imposto de Renda   16   (12.194)     Provisão para Contribuição Social   16   (5.113)     Ativo Fiscal Diferido   16   (282.079)     Participações no Lucro   (1.971)     Lucro líquido do semestre   649.447     Participação do controlador   23.707     Quantidade de ações   1.656.194.989	Resultado operacional		
Imposto de renda e contribuição social Provisão para Imposto de Renda Provisão para Contribuição Social Ativo Fiscal Diferido Participações no Lucro Lucro líquido do semestre  Participação do controlador Participação do não controlador Participação do não controlador Participação do ações  (301.357) 16 (12.194) (5.113) (6282.079) (1.971) (1	Receitas não operacionais	15	113.410
Provisão para Imposto de Renda Provisão para Contribuição Social Ativo Fiscal Diferido Participações no Lucro Lucro líquido do semestre  Participação do controlador Participação do não controlador	Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		950.804
Provisão para Contribuição Social Ativo Fiscal Diferido Participações no Lucro Lucro líquido do semestre  Participação do controlador Participação do não controlador  Quantidade de ações  1.656.194.989	Imposto de renda e contribuição social		(301.357)
Ativo Fiscal Diferido 16 (282.079) Participações no Lucro (1.971)  Lucro líquido do semestre 649.447  Participação do controlador 625.740 Participação do não controlador 23.707  Quantidade de ações 1.656.194.989			(12.194)
Participações no Lucro  Lucro líquido do semestre  649.447  Participação do controlador Participação do não controlador Participação do não controlador  Quantidade de ações  1.656.194.989			
Lucro líquido do semestre649.447Participação do controlador Participação do não controlador625.740 23.707Quantidade de ações1.656.194.989	Ativo Fiscal Diferido	16	(282.079)
Participação do controlador Participação do não controlador 23.707  Quantidade de ações 1.656.194.989	Participações no Lucro		(1.971)
Participação do não controlador 23.707  Quantidade de ações 1.656.194.989	Lucro líquido do semestre		649.447
Quantidade de ações 1.656.194.989			625.740
·	Participação do não controlador		23.707
Lucro líquido por ação (em R\$) 0,3921	Quantidade de ações		1.656.194.989
	Lucro líquido por ação (em R\$)		0,3921

Demonstrações do resultado abrangente Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Semestre 30 de junho de 2020
Resultado líquido do semestre Resultados abrangentes que poderão ser reclassificados para resultado em períodos subsequentes	649.447
Variação cambial sobre investimentos no exterior Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros	433 (58)
Resultado abrangente do semestre	649.822
Resultado do controlador Resultado do não controlador	626.115 23.707

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

		_		Reservas de lucro	s				
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020		5.200.994	-	2.285.442	-	(200)	7.486.236	138.327	7.624.563
Lucro líquido do semestre	18	-	-	-	625.740	-	625.740	23.707	649.447
Aumento de Capital	18	-	-	-	-	-	-	300.000	300.000
Constituição de reserva legal	18	-	31.287	-	(31.287)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18	-	-	-	` -	375	375	(881)	(506)
Distribuição de dividendos	18	-	-	-	(376.554)	-	(376.554)	-	(376.554)
Constituição de reserva de retenção de lucro	18	-	-	217.899	(217.899)	-	· -	-	· -
Saldos em 30 de junho de 2020		5.200.994	31.287	2.503.341	-	175	7.735.797	461.153	8.196.950

Demonstração do fluxo de caixa Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30 de junho de 2020
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Participações no lucro Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social - ajustado		950.804 (1.971) 948.833
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa: Depreciação e amortização Resultado de participações em coligadas e controladas Títulos incobráveis (chargeback) Acréscimo (reversão) provisão para contingências Acréscimo (reversão) obrigações fiscais Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial, líquida Outros	21 9 22 17 15	134.141 81.274 (67.764) 29.169 84.294 (114.196) 1.734
Variação de ativos e passivos operacionais Relações interfinanceiras Operações de crédito Outros créditos Instrumentos financeiros Outros valores e bens Depósitos Outras obrigações Resultado de exercícios futuros		(65.475) (236.577) (37.632) (219.488) 14.232 328.620 249.070 73.793
Imposto de renda e contribuição social pagos Juros recebidos Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(3.636) 114.050 <b>1.314.442</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento Aquisições de imobilizado Aquisições de intangível Aporte de capital em investidas Caixa utilizado nas atividades de investimento	10 11 9	(476.176) (215.040) (225.182) (916.398)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento Aumento Capital Distribuição de dividendos Caixa utilizado nas atividades de financiamento	18	300.000 (376.554) (76.554)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		321.490
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		1.245.883
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	1.567.373

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ("Conglomerado") abrangem o PagSeguro Internet S.A. ("PagSeguro") como instituição líder, as suas controladas Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - PagSeguro ("FIDC") e Biva Securitizadora de Créditos S.A ("Biva") além do BancoSeguro S.A ("BancoSeguro") como minoritário, já que não é uma controlada direta do PagSeguro, as instituições consolidadas nesse conglomerado estão conforme requerido nos artigos 1º e 4º da Resolução nº 4.280/13.

O Pagseguro é uma subsidiária do PagSeguro Digital Ltd. ("PagSeguro Digital"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de setembro de 2006, sediada na cidade de São Paulo - SP, Brasil e, tem por objeto social: atuação como instituidor de arranjo de pagamento; instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, e emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós pago; desempenho de atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento; e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior.

O PagSeguro possui autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, bem como o BancoSeguro possui autorização para atuar como instituição financeira para as carteiras comercial e investimento, ambas as instituições obtiveram as aprovações concedidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência dessas obtenções, o conglomerado passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento e financeiras integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

A Biva capta funding institucional para a compra de cédula de crédito bancário ("CCBs") e outros direitos creditórios. O FIDC, constituído em 4 de outubro de 2017, tem como objetivo a aquisição de direitos de crédito detido pelos estabelecimentos comerciais credenciados pelo Conglomerado ("cedentes") e representa um fundo de investimento constituído para financiar o crescimento da característica de pagamento antecipado do PagSeguro. Em 30 de junho de 2020, o capital do FIDC é composto por cotas subordinadas sênior e mezanino, sendo 100% das cotas subordinadas detidas pelo Pagseguro.

Abaixo as empresas que estão sendo consolidadas no conglomerado do PagSeguro:

	30 de junho de 2020					
Entidade	Ativos	<b>Passivos</b>	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do semestre		
BancoSeguro	3.187.252	2.746.746	440.506	23.706		
FIDC	3.218.132	382.353	2.835.778	882.507		
BIVA Securitizadora	494.687	496.266	(1.579)	(1.520)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Informações gerais--Continuação

O PagSeguro tem como subsidiárias além das empresas consolidadas nessa demonstração financeira as empresas: Net+Phone Telecomunicações Ltda. ("Net+Phone"), Boa Compra Ltda. ("Boa Compra"), BCPS Online Services LDA. ("BCPS"), R2TECH Informática S.A. ("R2TECH"), BIVACO Holding S.A ("BIVACO"), Tilix Digital S.A. ("TILIX"), YAMÍ Software & Inovação Ltda. ("YAMÍ") e RegistraSeguro S.A. ("RegistraSeguro").

#### Contexto operacional das controladas:

- Net+Phone: tem como objetivo principal a comercialização de equipamentos de leitura de cartões de crédito, cartões de débito e congêneres;
- Boa Compra: tem por objetivo principal a intermediação no comércio de produtos e serviços, principalmente como facilitador internacional de pagamentos.
- BCPS: tem como objetivo principal servir como *hub* da Boa Compra em Portugal, além de administrar parte de suas contas;
- R2TECH: o principal objetivo está na indústria da tecnologia da informação, focada em
  processamento de soluções em back-office, incluindo reconciliação de vendas, soluções e
  serviços de gateway, a captura de cartões de crédito junto as administradoras de cartão e aos
  vendedores.
- BIVACO: tem como objetivo principal a participação em outras empresas, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista, bem como o gerenciamento dessas participações e é a controladora da Biva.
- TILIX: tem como objetivo principal o desenvolvimento de softwares voltados para a soluções em administração de boletos, para pessoas físicas e jurídicas.
- YAMÍ: tem como objetivo principal o fornecimento de uma plataforma de back-office para o comércio eletrônico e o mercado digital, principalmente focado em softwares para realização da divisão de pagamentos entre os integrantes do comercio eletrônico e os bancos.
- RegistraSeguro: constituída em 2 de outubro de 2019, com capital social de 5 milhões de reais. A
   Empresa tem como objetivo principal fornecer serviços financeiros e o desenvolvimento de
   softwares relacionados ao mercado financeiro.

No semestre findo em 30 de junho de 2020, as demonstrações financeiras são compostas pelas seguintes controladas, vide nota 9:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais--Continuação

_	Em 30 de junho de 2020					
Empresa	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado líquido do semestre	Participação - %	
Net+Phone	315.375	97.331	218.044	(92.379)	99,99	
Boa Compra	160.985	116.219	44.766	11.557	99,99	
BCPS	2.138	112	2.025	296	99,50	
R2TECH	18.571	2.892	15.679	3.671	100,00	
BIVACO	20.613	6.562	14.050	(3.861)	100,00	
TILIX	13.681	3.257	10.423	(1.599)	100,00	
Yamí	798	825	(27)	(45)	100,00	
RegistraSeguro	5.000	12	4.988	(12)	100,00	

# 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

#### 2.1. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado foram elaboradas com o propósito específico para atender às determinações da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN" ou "Banco Central"). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução nº 4.280/13, que não são os mesmos estabelecidos pela legislação societária, pelo próprio CMN, pelo BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na elaboração de demonstrações financeiras consolidadas para fins gerais. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo:

CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;

CPC 1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;

CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa;

CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas;

CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações;

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;

CPC 24 - Evento Subsequente;

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;

CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados;

CPC 41 – Resultado por ação;

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis -- Continuação

Estas demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas em bases comparativas em atendimento ao ofício do Bacen Nº 2191 que determinou que o FIDC fosse incorporado ao Conglomerado Prudencial do PagSeguro somente em 30 de março de 2020 e no ofício de Nº 9530 que determinou a inclusão do BancoSeguro no conglomerado somente a partir de 30 de junho de 2020. Todavia, de forma antecipada, a Administração do PagSeguro passou a informar ao BACEN em 30 de abril de 2020 as informações do conglomerado do PagSeguro, incluindo o FIDC, Biva e BancoSeguro, conforme preconiza a resolução Nº 4280 emitida pelo BACEN. Dessa forma, esta é a primeira demonstração financeira elaborada para o Conglomerado Prudencial do PagSeguro, bem como nenhum informe prudencial foi enviado ao BACEN anterior a 30 de março de 2020, já que estávamos dispensados, conforme mencionado nos ofícios acima.

De acordo com a circular nº 3.959 emitida pelo BACEN, os créditos tributários e os impostos diferidos devem ser classificados no realizável a longo prazo. Ainda de acordo com a Circular nº 3.959 emitida pelo BACEN as demonstrações financeira interinas de 30 de junho passam a ser apresentadas de forma comparativa com o balanço de 31 de dezembro do ano anterior, passa a ser requerida a divulgação de análise de sensibilidade, a divulgação da demonstração do resultado abrangente e a posição patrimonial e financeira a ser apresentada em ordem decrescente de liquidez e exigibilidade.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no semestre demonstrado. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram apreciadas pela Diretoria do Conglomerado em reunião realizada em 24 de setembro de 2020.

#### 2.2. Conversão de moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação é o Real.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do semestre, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis -- Continuação

#### 2.3. Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa

São mantidos em disponibilidades os caixas e os equivalentes de caixa mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim. O Conglomerado classifica como equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser imediatamente convertida em caixa e está sujeito a um risco imaterial de mudança em seu valor. O Conglomerado classifica aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa.

Nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2020 são considerados caixa e equivalentes de caixa, conforme resolução do CMN nº 3.604/08, dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

#### 2.4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação: títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento: títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
- iii. Títulos disponíveis para venda: títulos que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;

Em 30 de junho de 2020, o Conglomerado possuía títulos classificados na categoria descrita no item (iii), ajustados pelo valor de mercado em conta destacada no patrimônio líquido, livre dos efeitos tributários. Não houve reclassificações entre categorias para o semestre findo em 30 de junho de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado praticados para os mesmos instrumentos financeiros adquiridos pelo Conglomerado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

#### 2.5. Relações interfinanceiras

Os valores são principalmente relacionados a recebíveis de emissores de cartões de crédito/débito e adquirentes originados de transações por meio da plataforma do Conglomerado. Se o recebível é esperado em um ano ou menos, eles são classificados como ativo circulante. Caso contrário, eles são classificados como ativo realizável a longo prazo.

Com base na avaliação de risco, o Conglomerado estabelece uma redução ao valor recuperável de contas a receber. A provisão considera que o saldo de relações interfinanceiras é composto principalmente de transações aprovadas por grandes instituições financeiras, com um nível baixo de risco, e boas avaliações das principais agências de *rating*. O Conglomerado realizou essa avaliação de risco, conforme nota 25. Além disso, essas instituições financeiras são os devedores legais dos acordos de recebíveis.

Os recebíveis são registrados a valor presente. Os saldos de relações interfinanceiras referentes as transações parceladas são registradas em uma estimativa com base no cálculo do valor presente dessas transações (ajuste ao valor presente), usando termos e taxas médias, que estão sujeitos a variação de acordo com o prazo dessas transações e as taxas aplicadas.

O Conglomerado incorre em despesas financeiras quando solicita receber o pagamento antecipado das relações interfinanceiras de instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida quando a instituição financeira concorda em liquidar um recebível devido em parcelas pré-pagas e é registrado como despesas operacionais na demonstração do resultado.

#### 2.6. Investimentos

A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, demonstrada na nota 9.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.7. Imobilizado em uso

Os itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Equipamento de processamento de dados	2,5 a 5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 10 anos
Veículos	5 anos

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

#### 2.8. Intangível

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Conglomerado, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares. Os custos também incluem, se aplicável, os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada não superior a cinco anos.

#### 2.9. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, o Conglomerado deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

#### 2.10. Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios. O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado pelo prazo de cinco anos, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável. O ágio decorrente de investimentos em controladas é classificado na rubrica de investimento nas demonstrações financeiras, vide Nota 9.

#### 2.11. Obrigações com terceiros e Depósitos

As obrigações com terceiros referem-se a saldos devidos a clientes que utilizam a plataforma do PagSeguro. O Conglomerado reconhece o valor justo da transação, ou seja, o montante líquido do custo de transação. O valor de obrigações com terceiros registrado como depósitos se refere ao valor disponível para retirada do cliente, enquanto o montante registrado como outras obrigações correspondem aos montantes a serem ainda repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.12. Provisões

O Conglomerado é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, histórico das ações, opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Conglomerado, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.13. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Conglomerado.

As receitas de prestação de serviços são representadas substancialmente por:

- Receita com taxa de intermediação: receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos. São reconhecidas em termos brutos e os custos de transação relacionados são reconhecidos como despesas operacionais; e
- Receita com pré-pagamento: taxa de desconto cobrada sobre os pagamentos antecipados de obrigações com terceiros (clientes). O rendimento é reconhecido quando o cliente concorda em receber uma venda parcelada em regime de pagamento antecipado, este é registrado como receita de prestação de serviços na demonstração do resultado.
- Receita de adesão: Taxa não reembolsável para adesão de clientes ao ecossistema de serviços providos pelo PagSeguro, a qual passou a ser cobrada em 1 de setembro de 2019.. A receita de adesão é diferida ao longo do tempo baseado nas métricas internas dos clientes do portfólio do PagSeguro. O saldo registrado no balanço patrimonial na rubrica de resultados de exercícios futuros é composto por esta receita diferida.

#### 2.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social, que prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos diretores em Reunião de Diretoria.

#### 2.15. Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP)

Membros da Administração participam do Plano de Incentivo de Longo Prazo, PILP, que foi estabelecido pelo Universo Online S.A. ("UOL"), controladora do PagSeguro Digital, para as empresas de seu grupo. O programa foi estabelecido em 29 de julho de 2015 e foi adotado pelo Conglomerado. Os beneficiários para o PILP são selecionados pelo comitê de PILP do UOL.

Nas demonstrações financeiras do Conglomerado são registrados saldos de partes relacionadas a pagar, junto ao PagSeguro Digital, e despesas com pessoal relacionadas ao PILP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperável esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde o Conglomerado opera e gera renda tributável.

O imposto de renda e a contribuição social corrente relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. O Conglomerado avalia periodicamente as posições tributárias envolvendo interpretação da regulamentação tributária e estabelece disposições quando apropriado.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para o BancoSeguro e 9% para demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

#### Impostos diferidos

Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre as bases tributárias dos ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto nas sequintes situações:

- Quando o passivo de impostos diferidos decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro tributável;
- Sobre diferenças de impostos temporárias relacionadas a investimentos em subsidiárias, quando o momento da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não se reverterão no futuro previsível;
- Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais negativos, na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual possam ser compensados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta a contabilização ou a perda de lucro tributável; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

 Os ativos tributários diferidos são reconhecidos nas diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas apenas na medida em que seja provável que as diferenças temporárias se reverterão no futuro previsível e que o lucro tributável estará disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil de ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que é provável que um lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são revisados, em cada data de balanço, e reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir sua utilização.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social são usadas para calcular impostos diferidos.

#### 2.17. Benefícios a empregados

O Conglomerado reconhece um passivo e uma despesa com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais do Conglomerado.

#### 2.18. Capital social

Em 30 de junho de 2020, ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado líquido de impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.19. Operações de crédito

O Conglomerado concede crédito por meio de empréstimos para pessoas físicas e jurídicas. As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de riscos, observando: (i) os requerimentos estabelecidos na resolução CMN nº 2682/99 que requer a classificação de nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e a provisão estimada para perdas distribuída entre faixas de rating; (ii) a avaliação da administração quanto ao nível de risco e a provisão incremental em relação ao valor estipulado pela resolução supracitada, caso no julgamento da Administração o risco de default seja mais elevado.

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de certas premissas, tais como:

- Prazo: o Conglomerado considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto
  ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento
  determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de
  crédito. Além disso, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida
  esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: o Conglomerado utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequado à classificação em estágios, considerando a projeção a partir de variáveis econômicas.

Baseado nas premissas supracitadas, principalmente relacionado aos estágios de risco de perda (1, 2 e 3), a rolagem e/ou renegociação dos créditos, os saldos devedores pelos clientes são classificados em ratings e a provisão estimada para perdas é distribuída entre faixas de rating, tendo como provisão mínima os percentuais estipulados pela resolução 2682/99 do BACEN, podendo haver uma provisão incremental em relação ao valor estipulado pela resolução supracitada caso no julgamento da Administração o risco de default seja mais elevado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

#### a) Vida útil estimada dos intangíveis

O Conglomerado utiliza uma vida útil estimada para calcular e registrar a amortização aplicada em seus ativos intangíveis, que é aplicada enquanto os ativos intangíveis gerarem benefícios para o Conglomerado.

A amortização dos direitos de uso de software é definida com base no período de vigência da licença contratada. A amortização dos softwares desenvolvidos internamente é definida com base no período em que gerarão benefícios econômicos futuros.

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Conglomerado reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos baseada em estimativas de geração de lucro tributável projetadas para os próximos 5 anos. Para o reconhecimento de créditos tributários são necessários ao menos três anos onde existe lucro tributável no histórico de resultado do Conglomerado nos últimos cinco anos. Essas projeções são revisadas periodicamente e aprovadas pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de junho de 2020
Caixa	6
Depósitos bancários	91.249
Banco Central - outras reservas livres	2.892
Depósito no exterior em moedas estrangeiras	1.679
Aplicações no mercado aberto (a)	136.817
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (b)	1.334.669
Fundo de investimentos	61
	1.567.373

<sup>(</sup>a) Os saldos referem-se a aplicações em operações compromissadas com vencimentos inferiores a 3 meses.

Os saldos de disponibilidades são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e incluem caixa em dinheiro e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior. O valor de remuneração para o semestre findo em junho de 2020 é de R\$26.124

#### 5. Instrumentos financeiros

Títulos disponíveis para venda Letras financeira do tesouro – (a)

	30 de junho de 2020						
De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado			
100.535	1.563.221	1.663.756	(58)	1.663.698			
100.535	1.563.221	1.663.756	(58)	1.663.698			

<sup>(</sup>a) Os saldos referem-se a Letras Financeiras do Tesouro ("LFTs"), com uma taxa média de retorno de 100% sobre a SELIC. O valor de remuneração para o semestre findo em junho de 2020 é de R\$24.061

<sup>(</sup>b) O montante de R\$1.334.669 está aplicado em CDI junto ao Banco Itaú e tem vencimento de um dia útil, ou seja, o valor aplicado é sempre devolvido automaticamente no dia seguinte da operação, sendo dessa forma tratado como caixa e equivalente de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Relações interfinanceiras

	30 de junho de 2020				
-	Visa	Master	Hipercard	Elo	Total
Itaú	620.673	2.417.559	522.412	-	3.560.644
Bradesco	875.383	172.722	-	247.595	1.295.700
Banco do Brasil	701.252	150.444	-	170.657	1.022.353
CEF	120.019	166.446	-	161.284	447.749
Santander	243.796	1.167.944	-	-	1.411.740
Outros (iii)	596.887	1.822.075	-	68.022	2.486.984
Total emissores (i)	3.158.010	5.897.190	522.412	647.558	10.225.170
Elo	_	-	-	-	96.340
Cielo	-	-	-	_	41.758
Vero	-	-	-	_	7.219
Outros	-	-	-	-	5.673
Total adquirentes (ii)	-	-	-	-	150.990
- -	3.158.010	5.897.190	522.412	647.558	10.376.160

- (i) Emissores: contas a receber derivados de transações que o Conglomerado atua como intermediador financeiro de operações com bancos emissores. Decorrente de acordos de intermediação entre o Conglomerado e as bandeiras Visa, Mastercard, Hipercard ou Elo. No entanto, os recebíveis contratuais do Conglomerado são com as instituições financeiras, as quais são os devedores legais das contas a receber. Além disso, os valores devidos no prazo de 27 dias a partir da transação original, incluindo os que são devidos com a primeira parcela de prestação de contas a receber, são garantidos pela Visa, Mastercard, Hipercard ou Elo, conforme aplicável, no caso de os devedores legais não efetuarem o pagamento.
- (ii) Adquirentes: correspondente a transações de cartões que serão recebidas de adquirentes, as quais trata-se de terceiros atuando como intermediador financeiro entre o Conglomerado e o banco emissor. O saldo de contas a receber inclui recebíveis transacionados nos leitores de cartão de crédito e débito.
- (iii) Saldo composto por outros emissores pulverizados, sendo os mais relevantes em 30 de junho de 2020, o Nubank (R\$706.457), Banco Carrefour (R\$349.911) e Porto Seguro (R\$208.740).

As contas a receber por prazo de vencimento são representados como segue:

	30 de junho de 2020
A vencer em até 30 dias	4.624.721
A vencer em até 31 a 120 dias	3.807.960
A vencer em até 121 a 180 dias	1.135.164
A vencer em até 181 a 360 dias	808.315
	10.376.160

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 7. Operações de crédito

As operações de créditos do Conglomerado são substancialmente atreladas a empréstimos realizados pelo grupo para pessoas físicas e jurídicas. Abaixo apresentamos a composição líquida da provisão:

	30 de junho de 2020
Setor privado	43.013
Pessoas físicas	196.744
	239.757
Curto prazo	221.860
Longo prazo	17.897

Além disso, a Resolução 2682 emitida pelo BACEN requer a divulgação por rating de risco atrelado às operações de crédito. Tal classificação esta demonstrada abaixo:

	30 de junho de 2020
AA	163.692
Α	59.184
В	1.041
С	1.048
D	2.604
E	4.239
F	5.500
G	2.449
	239.757

O vencimento das operações de crédito em 2020, está demonstrado a seguir:

	30 de junho de 2020
A vencer	176.461
Vencidos:	
Até 30 dias	49.402
De 31 a 120 dias	6.350
De 121 a 180 dias	7.544
	239.757

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Outros créditos - diversos

	30 de junho de 2020
Recebíveis de cartão de crédito	146.242
Partes relacionadas (ii)	13.926
Outros recebíveis	13.649
Total circulante	173.817
	30 de junho de 2020
Depósitos Judiciais (iii)	301.561
IR e CS a recuperar	125.029
IR e CS diferido (i)	181.215
PIS/COFINS a recuperar	28.598
Total não circulante	636.403

- (i) IR e CS diferido ativo, conforme detalhado na nota 16.
- (ii) Recebíveis com partes relacionadas, conforme detalhado na nota 14.
- (iii) O Conglomerado obteve decisões judiciais para recolher em juízo, via depósito judicial, tributos devidos referentes a ISS, PIS, COFINS e INSS. Os depósitos judiciais são compostos, conforme abaixo:

_	30 de junho de 2020
Depósitos tributários:	
Imposto Sobre Serviços - ISS	130.611
Programa de Integração Social - PIS	22.957
Contribuição para Seguridade Social - COFINS	141.271
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	4.679
Depósitos cíveis	1.897
Depósitos trabalhistas	146
- -	301.561

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 9. Investimentos

Informações das investidas em 30 de junho de 2020

Controladas diretas	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro/(Prejuízo) semestre	Participação no capital social e votante ( % )	Equivalência patrimonial	Investimentos em controladas
Net+Phone (i) Boa Compra S.A. BCPS R2Tech Informátrica Biva Holding S.A. TILIX (ii) Yamí RegistraSeguro	356.665 5.381 18 10 26.127 17.735 42 5.000	218.044 44.766 2.026 15.679 14.050 10.423 (27) 4.988	(92.379) 11.557 296 3.671 (3.861) (1.599) (45) (12)	99,99 99,99 99,95 100,00 100,00 100,00 100,00	(92.379) 11.557 296 3.671 (2.763) (1.599) (45) (12)	218.044 44.766 2.025 15.679 15.617 10.423 (27) 4.988
Não controlada NETPOS	-	-	-	<b>10,00</b> Ágio gerado aquis	(81.274) ição controladas mortização ágio Total	1.500 313.015 49.279 (21.679) 340.615

- (i) Em 23 de março de 2020 foi aprovado pela Administração o aumento do capital social da Net+Phone por meio da emissão de 200.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado ao preço de emissão de R\$1 cada uma, resultando em um aumento de capital de R\$200.000. Adicionalmente, em 29 de junho de 2020 foi aprovado novo aumento de capital, por meio da emissão de 12.462.484 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado ao preço de emissão de R\$1 cada uma, resultado em um aumento de capital de R\$12.462.
- (ii) Em 05 de abril de 2020 foi aprovado pela Administração o aumento do capital social da Tilix por meio da emissão de 12.719.879 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado ao preço de emissão de R\$1 cada uma, resultando em um aumento de capital de R\$12.720.

#### 10. Imobilizado

		30 de junho de 2020		
	Depreciação			
	Custo	acumulada	Líquido	
Imobilizado em operação				
Equipamentos de processamento de dados	63.623	(25.546)	38.077	
Máquinas e equipamentos	844.837	(80.131)	764.706	
Móveis e utensílios	2.487	(345)	2.142	
Benfeitorias imóveis de terceiros	8.240	(1.180)	7.060	
Outros	1.142	(471)	671	
	920.329	(107.673)	812.656	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Imobilizado -- Continuação

#### Movimentação do imobilizado:

	Equipamentos processamento de dados	Máquinas e equipamentos (a)	Móveis e utensílios	Benfeitorias imóveis de terceiros	Outros	Total
Em 1 de Janeiro de 2020						<u> </u>
Saldo inicial	45.635	342.757	1.667	6.041	786	396.886
Custo	36	474.163	582	1.395	-	476.176
Adições	36	474.163	582	1.395	-	476.176
Depreciação	(7.594)	(52.214)	(107)	(376)	(115)	(60.406)
Adições	(7.594)	(52.214)	(107)	(376)	(115)	(60.406)
Saldo contábil, líquido	38.077	764.706	2.142	7.060	671	812.656
Em 30 de Junho de 2020						
Custo	63.623	844.837	2.487	8.240	1.142	920.329
Depreciação acumulada	(25.546)	(80.131)	(345)	(1.180)	(471)	(107.673)
Saldo contábil, líquido	38.077	764.706	2.142	7.060	671	812.656

<sup>(</sup>a) O valor contábil líquido de máquinas e equipamentos inclui o montante de R\$730.391 referente as máquinas POS, as quais apresentam vida útil de 5 anos. A depreciação referente as máquinas POS no primeiro semestre de 2020 representa R\$51.024.

## 11. Intangível

	30 de junho de 2020		
		Amortização	
	Custo	acumulada	Líquido
Intangível em operação			_
Ativos intangíveis			
Gastos com software e tecnologia	980.885	(381.327)	599.558
Outros ativos intangíveis		,	
Direito de uso de software	70.685	(18.127)	52.558
Marcas e patentes	25	. ,	25
	1.051.595	(399.454)	652.141
•			

#### Movimentação do intangível:

Custo       197.529       17.512       -       215.041         Adições (a)       198.354       17.512       -       215.866         Baixas       (825)       -       -       (825)         Amortização       (69.721)       (6.779)       -       (76.500)         Adições       (69.766)       (6.779)       -       (76.545)         Baixas       45       -       -       45         Saldo contábil, líquido       599.558       52.558       25       652.142         Em 30 de Junho de 2020       Custo       980.885       70.685       25       1.051.595         Amortização acumulada       (381.327)       (18.127)       -       (399.454)		Gastos com software e tecnologia	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Total
Custo       197.529       17.512       -       215.041         Adições (a)       198.354       17.512       -       215.866         Baixas       (825)       -       -       (825)         Amortização       (69.721)       (6.779)       -       (76.500)         Adições       (69.766)       (6.779)       -       (76.545)         Baixas       45       -       -       45         Saldo contábil, líquido       599.558       52.558       25       652.142         Em 30 de Junho de 2020       Custo       980.885       70.685       25       1.051.595         Amortização acumulada       (381.327)       (18.127)       -       (399.454)	Em 1 de janeiro de 2020				
Adições (a)       198.354       17.512       -       215.866         Baixas       (825)       -       -       (825)         Amortização       (69.721)       (6.779)       -       (76.500)         Adições       (69.766)       (6.779)       -       (76.545)         Baixas       45       -       -       45         Saldo contábil, líquido       599.558       52.558       25       652.142         Em 30 de Junho de 2020       Custo       980.885       70.685       25       1.051.595         Amortização acumulada       (381.327)       (18.127)       -       (399.454)	Saldo inicial	471.750	41.825	25	513.600
Baixas         (825)         -         -         (825)           Amortização         (69.721)         (6.779)         -         (76.500)           Adições         (69.766)         (6.779)         -         (76.545)           Baixas         45         -         -         45           Saldo contábil, líquido         599.558         52.558         25         652.142           Em 30 de Junho de 2020         Custo         980.885         70.685         25         1.051.595           Amortização acumulada         (381.327)         (18.127)         -         (399.454)	Custo	197.529	17.512	-	215.041
Amortização       (69.721)       (6.779)       - (76.500)         Adições       (69.766)       (6.779)       - (76.545)         Baixas       45       45         Saldo contábil, líquido       599.558       52.558       25       652.142         Em 30 de Junho de 2020       Custo       980.885       70.685       25       1.051.595         Amortização acumulada       (381.327)       (18.127)       - (399.454)	Adições (a)	198.354	17.512	-	215.866
Adições       (69.766)       (6.779)       - (76.545)         Baixas       45       45         Saldo contábil, líquido       599.558       52.558       25       652.142         Em 30 de Junho de 2020       80.885       70.685       25       1.051.595         Amortização acumulada       (381.327)       (18.127)       - (399.454)	Baixas	(825)	-	-	(825)
Baixas       45       -       -       45         Saldo contábil, líquido       599.558       52.558       25       652.142         Em 30 de Junho de 2020       Custo       980.885       70.685       25       1.051.595         Amortização acumulada       (381.327)       (18.127)       -       (399.454)	Amortização	(69.721)	(6.779)	-	(76.500)
Saldo contábil, líquido       599.558       52.558       25       652.142         Em 30 de Junho de 2020       Custo       980.885       70.685       25       1.051.595         Amortização acumulada       (381.327)       (18.127)       -       (399.454)	Adições	(69.766)	(6.779)	-	(76.545)
Em 30 de Junho de 2020         Custo       980.885       70.685       25       1.051.595         Amortização acumulada       (381.327)       (18.127)       -       (399.454)	Baixas	45	-	-	45
Custo       980.885       70.685       25       1.051.595         Amortização acumulada       (381.327)       (18.127)       -       (399.454)	Saldo contábil, líquido	599.558	52.558	25	652.142
Amortização acumulada (381.327) (18.127) - (399.454)	Em 30 de Junho de 2020				
	Custo	980.885	70.685	25	1.051.595
	Amortização acumulada	(381.327)	(18.127)	-	(399.454)
Saldo contábil, líquido 599.558 52.558 25 652.141	Saldo contábil, líquido	599.558	52.558	25	652.141

<sup>(</sup>a) As adições se referem a gastos pulverizados com desenvolvimento de software, principalmente relacionados a melhora da experiencia do cliente, tais como: Conta digital, aplicativo de celular, etc.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Depósitos

	30 de junho de 2020
Depósitos a Prazo (a)	1.961.389
Depósitos Interfinanceiros (b)	300.754
Outros Depósitos (c)	567.346
Total	2.829.489

- (a) O saldo é composto basicamente por certificados de depósitos bancários efetuados pelos clientes em suas respectivas contas de pagamentos. O montante é remunerado mensalmente no dia de aniversário do depósito por uma média de 100% da CDI e o prazo de vencimento dos títulos é de 30 dias. A despesa com remuneração dos depósitos a prazo para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 totalizam R\$17.926.
- (b) Saldo refere-se a emissão de letra financeira junto ao Banco Central com remuneração equivalente a Selic+0,6% ao ano.
- (c) Os depósitos são compostos substancialmente por saldos que já foram repassados aos estabelecimentos comerciais referentes as transações web, transações feitas pelos portadores de cartões e o valor disponível nos cartões pré-pagos, de forma que o saldo está disponível para retirada e/ou uso dos clientes.

## 13. Outras obrigações - Diversas

	30 de junho de 2020
Valores a repassar a estabelecimentos Obrigações com terceiros (a)	3.101.687
Diversas curto prazo	
Partes relacionadas (b)	515.973
Fornecedores	194.601
Salários e encargos	49.966
Outras contas a pagar	11.467
Total	772.007
	30 de junho de 2020
Diversas longo prazo	
Contingências (c)	313.574
Outras contas à pagar	2.262
Total	315.836

- (a) As obrigações com terceiros correspondem aos montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões, líquidas das taxas de intermediação e descontos aplicados. De forma geral, o prazo médio de liquidação do Conglomerado com os estabelecimentos comerciais é de até 14 dias.
- (b) As operações com partes relacionadas estão detalhadas na Nota 14.
- (c) As contingências do Conglomerado estão detalhadas na Nota 17.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 14. Partes Relacionadas

#### i) Saldos e transações com partes relacionadas

	30 de junho de 2020	
	Ativo	Passivo
Controladoras		
UOL - prestação de serviço (a)	-	16.683
UOL - recuperação de custo	-	7.617
PagSeguro Digital Ltd. (b)	48	418.877
Controladas e Afiliadas		
UOL Diveo - prestação de serviço (c)	-	4.453
Boa Compra S/A	2.308	4.866
Net+Phone Telecomunicação Ltda.	-	50.154
R2TECH Informática S/A	1.928	1.368
BIVA Holding	3.945	1.927
Tilix Digital S/A	1.968	2.539
Outros	3.729	7.489
	13.926	515.973

- (a) Compra de serviços de: (i) serviços de publicidade do UOL e (ii) serviços de suporte técnico em informática;
- (b) Saldo composto por despesas relacionadas ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP);
- (c) Compra de serviços e hospedagem do UOL Diveo Tecnologia Ltda. ("UOL Diveo");

	30 de junho de 2020		
	Receita	Despesa	
Controladora final			
UOL - recuperação de custo (a)	-	53.814	
UOL - prestação de serviços (b)	1.321	21.938	
Controladas e Afiliadas			
UOL Diveo - prestação de serviços (c)	-	27.402	
Boa Compra S/A (d)	9.899	-	
Net+Phone Telecomunicação Ltda.	-	20.509	
R2TECH Informática S/A	-	7.536	
BIVA Holding	-	3.512	
Outros	7	7.017	
	11.227	141.728	

- (a) Compartilhamento de custos de serviços relacionados sobretudo a custos de folha de pagamento.
- (b) Serviços de publicidade prestados pela controladora UOL ao Conglomerado e suporte de TI, em relação a receita se refere aos *fees* cobrados na intermediação.
- (c) Serviços de suporte técnico em informática e hospedagem prestados para ao Conglomerado pelo UOL Diveo.
- (d) Receita proveniente da intermediação financeira realizada pelo Conglomerado para suporte as operações da BoaCompra.

#### ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores do Conglomerado. A remuneração paga aos diretores do Conglomerado para o semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$3.767.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Fiscais e previdenciárias

	30 de junho de 2020
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.307
Impostos retidos sobre serviços (PIS, COFINS, IRRF, ISS, INSS) – (a)	12.058
Contribuições Previdenciárias	26.408
Outros	336
Total	56.110

<sup>(</sup>a) Baseado na opinião de nossos assessores legais, o PagSeguro reverteu R\$84.294 no semestre findo em 30 de junho de 2020. A reversão foi decorrente de reavaliação da incidência de PIS e COFINS sobre receita financeira, a contrapartida dessa reversão no resultado esta registrada na rubrica de receitas não operacionais.

## 16. Imposto de renda diferido

	1 de janeiro de 2020	Constituição	Reversão	30 de junho 2020
Ativo:				
Impostos com exigibilidade suspensa	68.133	7.816	-	75.949
Prejuízo fiscal	17.874	-	(2.894)	14.980
Outras adições temporárias ativas	99.143	38.830	(47.687)	90.286
	185.150	46.646	(50.581)	181.215
Passivo: Inovação tecnológica (i)	(158.875)	(66.308)	22.759	(202.424)
FIDC IN 1.585/2015	(677.801)	(300.367)	74.473	1
	,	,		(903.695)
Outras adições temporárias passivas	(17.889)	84.744	(92.951)	(26.096)
	(854.565)	(281.931)	4.281	(1.132.215)

<sup>(</sup>i) Refere-se ao benefício obtido da lei de tecnologia da informação (lei do bem), que reduz as taxas de impostos nos investimentos da Companhia na capitalização de intangíveis relacionados a inovação tecnológica.

## Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados no resultado do semestre findo em 30 de junho 2020:

•	30 de junho de 2020
Lucro líquido do semestre antes do imposto de renda e da contribuição social	948.833
Alíquota vigente	34%
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social, em relação ao lucro	
contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	(322.603)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:	
Adições (exclusões) permanentes:	
Participações no lucro	671
Brindes	(1.854)
Benefício com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	52.321
Programa de Alimentação do Trabalhador	2.773
Resultado de participações em coligadas e controladas	(27.633)
Outras adições (exclusões)	(3.061)
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do semestre	(299.386)
Provisão para Imposto de Renda	(12.194)
Provisão para Contribuição Social	(5.113)
Ativo Fiscal Diferido	(282.079)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Imposto de renda diferido - Continuação

A realização estimada dos impostos de renda diferidos ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	30 de junho de 2020	
	Ativo	Passivo
2020	72.786	(357.860)
2021	16.831	(40.485)
2022	5.094	(40.485)
2023	76.085	(45.563)
2024	10.419	(40.638)
2029	-	(607.184)
	181.215	(1.132.215)

A estimativa de valor presente do imposto de renda diferido ativo é de R\$ 174.061, calculados considerando as taxas médias de mercado.

## 17. Contingências

	30 de junho de 2020
Contingências tributárias:	
Imposto sobre serviços - ISS (i)	134.238
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (ii)	141.584
Programa de integração social - PIS (ii)	23.007
Contingências trabalhistas	5.396
Contingências cíveis	9.349
	313.574

- (i) Imposto sobre serviços decorrente substancialmente das receitas de operações de meio de pagamento.
- (ii) O montante registrado nessa rubrica refere-se substancialmente aos valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

O Conglomerado obteve uma decisão judicial na qual recolhe por meio de depósito judicial, até o julgamento do mérito os Itens "i" e "ii", vide nota 8.

O Conglomerado é parte em ações tributárias e cíveis envolvendo riscos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída em 30 de junho de 2020, que totalizam aproximadamente R\$163.318. A principal discussão refere-se à incidência de PIS / COFINS sobre receitas financeiras no montante de R\$84.294, a qual foi adicionada em 2020. O Conglomerado não é parte em processos trabalhistas que envolvam riscos classificados pela administração como perdas possíveis. A movimentação de contingências para o semestre findo em 30 de junho de 2020 está demonstrada no quadro abaixo:

	1 de janeiro de 2020	Adições	Pagamentos	Atualizações	30 de junho de 2020
Cível	8.650	4.224	(3.525)	-	9.349
Trabalhista	2.496	2.507	(91)	484	5.396
Tributário	270.389	22.438	-	6.002	298.829
	281.535	29.169	(3.616)	6.486	313.574

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 17. Contingências - Continuação

As adições indicadas nas contingências tributárias referem-se a discussões sobre a elegibilidade de alguns tributos, os quais estão sendo depositados em juízo, como demonstrado na NE 8.

### 18. Patrimônio líquido

#### Capital social

Em 30 de junho de 2020, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$5.200.994, representado por 1.655.760.489 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 20 de março de 2020, foi aprovado pela Administração e pelo BACEN aumento do capital social do BancoSeguro, por meio da emissão de 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado ao preço de emissão de R\$1 cada uma. O capital social totalmente integralizado passou a ser de R\$434.500, sendo representado por 434.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado ao preço de emissão de R\$1 cada uma.

#### Participação de não controladores

Em 30 de junho de 2020, há a participação de não controladores no patrimônio líquido do conglomerado prudencial, sendo, R\$440.506 referente ao BancoSeguro e R\$20.647 as cotas sênior e mezanino do FIDC as quais não pertencem ao PagSeguro que possui 100% das cotas subordinadas.

#### Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido anual até o limite de 20% do capital social realizado. A Administração do Conglomerado propôs a constituição de reserva legal de R\$31.287, referente ao lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2020. A reserva legal somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos.

#### Reserva de retenção de lucros

A Administração do Conglomerado propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$217.899, referente ao lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2020.

#### Dividendos

Por meio de reunião da Diretoria realizada em 17 de março de 2020, os diretores do Conglomerado aprovaram a distribuição de R\$301.144 de dividendos, o que equivale a R\$0,181 por ação. Por meio de reunião da Diretoria realizada em 19 de março de 2020, os diretores do Conglomerado aprovaram a distribuição de R\$75.410 de dividendos, o que equivale a R\$0,045 por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Patrimônio líquido--Continuação

#### Ajustes de avaliação patrimonial

O Conglomerado reconhece nesta rubrica o efeito acumulado da conversão de balanços em moeda estrangeira da sua controlada BCPS no valor de R\$433 e o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros no valor de R\$(58). O efeito total para o semestre findo em junho de 2020 é de R\$375.

## 19. Resultado de operações com instrumentos financeiros

	30 de junho de 2020
Rendas de operações de crédito	70.981
Letras financeiras do tesouro	24.061
Depósitos interfinanceiros	19.089
Outras receitas de juros	7.036
	121.167

## 20. Receitas de prestação de serviços

	30 de junho de 2020
Receita de intermediação	2.734.937
Receita com pré-pagamento	130.142
Outras receitas	15.239
Cancelamentos	(27.463)
	2.852.855

## 21. Despesas administrativas

	30 de junho de 2020
Marketing e publicidade	263.136
Despesas com software	131.484
Depreciação e amortização	134.141
Honorários e consultorias	27.650
Outras	29.725
	586.136

## 22. Despesas operacionais

	30 de junho de 2020
Custo da transação	968.521
Subsídio	20.483
Chargebacks	69.406
Antecipação de recebíveis	32.822
Outras	17.388
	1.108.620

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Despesas tributárias

	30 de junho de 2020
COFINS	157.209
ISS	22.496
PIS	33.348
Outros	5.433
	218.486

#### 24. Despesas com pessoal

	30 de junho de 2020		
0.17	07.400		
Salários e proventos (i)	87.428		
Encargos sociais	53.547		
Benefícios	29.778		
Total	170.753		

(i) Em 26 de janeiro de 2018, os beneficiários do PILP receberam direitos sob a forma de quantias monetárias sem pagamento em dinheiro. Estes direitos são atribuídos em cinco parcelas anuais iguais, com início em 29 de julho de 2015 e a data de início do emprego do beneficiário. Nos termos do PILP, após a conclusão do IPO, a parte adquirida dos direitos do PILP de cada beneficiário foi convertida em ações ordinárias classe A do PagSeguro Digital ao preço do IPO (U\$ 21,50) que é o valor justo na data da outorga. Como resultado, os beneficiários do PILP receberam um total de 1.823.727 novas ações ordinárias classe A após a conclusão do IPO. As parcelas não utilizadas dos direitos de cada beneficiário serão liquidadas em cada data de aquisição anual futura em ações.

As ações concedidas sob o PILP estão sujeitas a um período de *lock*-up de um ano. Quaisquer ações que sejam emitidas em uma data de aquisição subsequente durante o primeiro ano após o IPO estarão sujeitas ao restante do mesmo período de *lock*-up, expirando um ano após o IPO. Após o encerramento desse período de um ano, as ações a serem concedidas sob o PILP não estarão mais sujeitas a bloquejo.

O número máximo de ações ordinárias que podem ser entregues aos beneficiários do PILP não pode exceder 3% do capital social emitido a qualquer momento. Em 30 de junho de 2020, o total de ações outorgadas era de 6.970.064 e o total de ações emitidas era de 4.252.123, o valor de impacto no resultado referente ao PILP para o semestre findo em junho de 2020 é de R\$31.410.

#### 25. Gerenciamento de risco

As atividades do Conglomerado a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de fraude (*chargeback*), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Conglomerado concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Conglomerado. Que utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Gerenciamento de risco – Continuação

Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio do Conglomerado, destacam-se:

#### i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional do Conglomerado. Para o semestre findo em junho de 2020, o efeito deste risco é imaterial. Portanto, não apresentamos análise de sensibilidade conforme determinado pela circular nº 3.959, uma vez que nossa exposição cambial está basicamente relacionada ao nosso saldo de equivalentes de caixa em moeda estrangeira e a operação da investida BCPS, mas ambos são irrelevantes no contexto do Conglomerado.

#### ii) Risco operacional

O Conglomerado define e trata o gerenciamento do Risco Operacional em decorrência da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes dos seguintes eventos: (i) falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas; e (ii) de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros oriundos das atividades desenvolvidas por uma instituição de pagamento, conforme a Circular Bacen nº 3.681/2013.

As atribuições relacionadas a estrutura de gerenciamento de riscos operacionais do Conglomerado, se dá a partir dos procedimentos de: mapeamento, identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais, com reportes periódicos ao Corpo Diretivo.

#### iii) Riscos de fraude ("chargebacks")

O Conglomerado utiliza dois processos para controlar o risco de fraude.

O primeiro consiste no monitoramento, em tempo real, via sistema antifraude das transações efetuadas com cartões de crédito, débito e boletos, que aponta, identifica, aprova ou recusa transações suspeitas de fraude no momento da autorização, a partir de modelos estatísticos revisados periodicamente.

O segundo processo tem a função detectiva para tratamento de *chargebacks* e disputas, onde o primeiro processo não identificou a fraude. Este processo retroalimenta o primeiro para aumentar a capacidade de evitar novas fraudes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Gerenciamento de risco --Continuação

#### iv) Riscos de crédito

O risco de crédito se resume na possibilidade de inadimplência: (a) os emissores do cartão, que têm a obrigação de repassar ao Conglomerado as taxas cobradas pelas transações realizadas pelos titulares de seus cartões, e/ou (b) os adquirentes, que são utilizados pela Companhia para aprovar transações com os emissores.

Para a mitigação deste risco, o Conglomerado instituiu um Comitê de Risco de Crédito e Liquidez, cuja função é analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão capturados pelo Conglomerado e assim classificá-los em três grupos:

- Emissores de cartão com baixo nível de risco, avaliados pelos *ratings* das agências FITCH, S&P e Moody's e são dispensados de monitoramento adicional;
- Emissores de cartão com nível de risco médio e que são monitorados, também, pelos Indicadores de Basiléia e imobilização; e
- Emissores de cartão com nível de risco alto e que são avaliados pelo Comitê em reuniões mensais.

Adicionalmente, o gerenciamento de riscos de crédito prevê procedimentos para recuperação de créditos relacionado aos estágios de risco de perda, a rolagem e/ou renegociação dos créditos, não se limitando as premissas da circular nº 3.681/13 e da Resolução CMN nº 2682/1999 do BACEN.

#### v) Risco de liquidez

O Conglomerado gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros, com o objetivo de garantir recursos suficientes para honrar os compromissos com os estabelecimentos e às necessidades operacionais.

O Conglomerado investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e instrumentos financeiros, escolhendo instrumentos com liquidez adequada, fornecendo a segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 30 de junho de 2020, o Conglomerado mantinha caixa e caixa equivalentes de R\$1.567.373.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Gerenciamento de risco - Continuação

Não apresentamos análise de sensibilidade conforme determinado pela circular nº 3.959, pois o Conglomerado não possui empréstimos, ou seja, não haveria exposição relevante a taxa de juros, a única exposição de taxa de juros do Conglomerado se refere aos depósitos de seus clientes, os quais são todos atrelados a CDI, de toda forma as aplicações financeiras e letras financeiras do Conglomerado também estão atrelados ao CDI/Selic, o que já minimizaria qualquer impacto de dívida do Conglomerado em um eventual aumento das taxas básicas de juros do Brasil. Além disso o Conglomerado não possui nenhum instrumento derivativo ou aplicações em renda variável.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros do Conglomerado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Sem vencimento	A vencer até 30 dias	A vencer até 31 a 120 dias	A vencer até 121 a 180 dias	A vencer até 181 a 360 dias	A vencer acima de 361 dias
Em 30 de junho de 2020		2 247 964	E7E 707	452.455	40E 00E	
Obrigações com terceiros	-	2.247.861	575.787	152.155	125.885	-
Depósitos	567.346	1.961.389	-	-	300.754	-
Partes relacionadas	-	-	515.973	-	-	-

#### vi) COVID - 19

Observamos que o principal impacto da pandemia COVID-19 no Brasil até agora ocorreu entre abril e maio de 2020, uma vez que a maioria das cidades brasileiras estava sob isolamento social e paralisações parciais devido a decisões governamentais e diretrizes do setor privado.

As paralisações parciais afetaram praticamente todos os negócios não essenciais, resultando em um severo impacto negativo na economia brasileira, mas também levando as pequenas e médias empresas a mudarem para uma mentalidade digital primordial e adotar canais de vendas online, resultando em um Processo inédito de digitalização de pagamentos e bancos no Brasil.

Desde o início de julho de 2020, a maioria das cidades do Brasil, iniciou um processo de reabertura, com uma recuperação gradual de importantes atividades comerciais como shoppings, varejo em geral, restaurantes e bares, entre outros negócios não essenciais. Em resposta ao COVID-19, já tomamos as seguintes ações, entre outras:

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Gerenciamento de risco--Continuação

- O surto de COVID-19 apresentou mudanças rápidas na economia brasileira e no setor de pagamentos, acelerando a mudança secular do dinheiro para as transações eletrônicas. Entramos nessa crise liderando o processo de inclusão financeira e fomentando a adoção do pagamento eletrônico, atingindo 5,8 milhões de lojistas ativos e 4,9 milhões de usuários ativos de PagBank;
- Nossos funcionários são nossa prioridade número um. Quase 100% da nossa força de trabalho ainda trabalha em casa;
- Iniciativas de apoio aos nossos comerciantes: (i) promoção de métodos de pagamento online e alternativos: Link de Pagamentos, Check-out Online, transações NFC e QR Code, (ii) serviço de entrega de comida PedeFácil, (iii) compras virtuais Zap Commerce, (iv) parceria com os Correios Brasileiros Envio Fácil; (v) QR Code virtual e cartão para uso de pagamento de voucher corona (subsídio social pago pelo governo brasileiro que pode ser usado por meio de contas PagBank) (vi) 10% de *cash back* no QR Code, (vii) *cash back* para programas relacionados ao COVID-19, incluindo "coronavouchers" e Bolsa Merenda (benefícios da previdência social brasileira para estudantes carentes) no Estado de Minas Gerais usando contas digitais PagBank gratuitas e (viii) transferências eletrônicas ilimitadas
- A comunidade é importante para nós: (i) doando milhares de máscaras para hospitais públicos localizados nas regiões mais vulneráveis de São Paulo, (ii) doando milhares de kits contendo alimentos básicos, (iii) promovendo shows online com doações de dinheiro, alimentos e itens de saúde para o UNICEF Brasil, (iv) prestação de assistência às famílias mais vulneráveis no Brasil.

Temos uma estrutura de custos variáveis significativa e são menos gastos fixos do que outras empresas similares no Brasil, principalmente em relação ao TPV, como processamento, intercâmbio, taxas de esquema de cartão, marketing e estornos.

Além disso, acreditamos que estamos bem preparados e em uma posição estável e sólida em termos de caixa e liquidez. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, não enfrentamos qualquer redução ao valor recuperável de nossos ativos e não acreditamos que não seremos capazes de continuar em operação com base em nossa liquidez e níveis de capital de giro atuais.

## 26. Gestão de capital

O Conglomerado monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e bancos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Gestão de capital-Continuação

Essas demonstrações têm finalidade específica de atender às determinações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. O índice de Basiléia para a data-base de junho de 2020 situou-se em 29,8%, acima dos 9,25% exigidos pelo BACEN.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2020, o Conglomerado não possui empréstimos e financiamentos, portanto, não são demonstrados índices de alavancagem.

## 27. Valor justo

O valor justo refere-se ao preço que deveria ser recebido decorrente da venda de um ativo ou pago decorrente da transferência de um passivo (preço de liquidação) no mercado comum ou mais vantajoso para o ativo ou passivo, em uma transação ordenada entre os participantes do mercado na data de mensuração. Uma hierarquia de 3 níveis é adotada para mensurar o valor justo, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativo para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 Adições além dos preços cotados citados no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivado de preços).
- Nível 3 Adições para os ativos e passivos que não são baseados nos dados de mercado observáveis (ou seia, considerações não observáveis).

A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros do Conglomerado em 30 de junho de 2020:

	Preços contados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Adições não observáveis significantes (Nível 3)	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		1.567.373		-
Instrumentos financeiros	1.663.698	-		-
Relações interfinanceiras	-	10.376.160		-
Operações de crédito	-	239.757		-
Outros créditos	-	826.340		-
Outros valores e bens	-	67.555		-
Passivos financeiros				
Depósitos	300.754	2.528.735		-
Outras obrigações	-	5.377.855		-
Resultados de exercícios futuros	-	142.002		-

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 27. Valor justo - Continuação

O Conglomerado acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis são substancialmente similares aos seus respectivos valores justos. Os ativos financeiros referem-se basicamente à natureza dos valores a receber cujos devedores são as principais instituições financeiras submetidas ao baixo risco de crédito, em sua maioria, recebíveis em período de curto prazo e são mensurados baseados nas considerações que o Conglomerado tem expectativa de receber como parte dos serviços de processamento das transações.

Os ativos financeiros também incluem as aplicações financeiras representadas por títulos do governo com preço cotado em mercado ativo e reconhecido no balanço patrimonial baseado nos respectivos valores justos.

Os passivos financeiros são substancialmente representados por contas a pagar de curto prazo com comerciantes que são pagos de acordo com os contratos celebrados com os comerciantes e outras contas a pagar referente a serviços fornecidos no curso regular da operação e também estão próximos aos respectivos valores justos.

Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2020.

## 28. Eventos subsequentes

Em 23 de julho de 2020, o PagSeguro realizou a aquisição 100% das ações emitidas da Zygo Serviços de Tecnologia S.A, cujo valor de compra foi de R\$8.000, dos quais R\$5.053 foram pagos na referida data. O saldo remanescente será retido para eventuais débitos, conforme contrato de compra de ações celebrado entre as partes.

Em 19 de agosto de 2020, o PagSeguro assinou um acordo de intenção de compra (sujeito a aprovações do Banco Central do Brasil) para adquirir 100% da Wirecard Brazil S.A. ("Wirecard Brasil"), uma empresa de tecnologia financeira digital, do Grupo Wirecard. O preço de compra está sujeito a condições e fatores específicos que serão conhecidos no fechamento do contrato. Esta compra irá aprimorar e complementar o ecossistema de serviços do PagSeguro, fornecendo as melhores soluções em múltiplos canais digitais para pagamentos online e offline, software, serviços bancários e financeiros para clientes.